



História, Ciências, Saúde-Manguinhos

ISSN: 0104-5970

ISSN: 1678-4758

Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

Araújo, Luiz Alves; Teixeira, Luiz Antonio

O câncer no Ceará: a conformação de um problema médico-social, 1940-1954

História, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol. 25, núm. 1, 2018, Janeiro-Março, pp. 181-198

Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000100011>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386155133011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

O câncer no Ceará: a conformação de um problema médico-social, 1940-1954

*Cancer in Ceará: shaping a
medical and social problem,
1940-1954*

Luiz Alves Araújo Neto

Especialista visitante, Instituto Nacional do Câncer.
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
luizalvesan@hotmail.com

Luiz Antonio Teixeira

Professor, Mestrado profissional em Saúde da Família/
Universidade Estácio de Sá; pesquisador, Fiocruz.
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
luiztei3@gmail.com

Recebido para publicação em 06.08.2016.

Aprovado para publicação em 01.10.2016.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702018000100011>

ARAÚJO NETO, Luiz Alves; TEIXEIRA, Luiz Antonio. O câncer no Ceará: a conformação de um problema médico-social, 1940-1954. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan.-mar. 2018, p.181-198.

Resumo

Analisa a conformação do câncer em problema médico-social relevante no Ceará, entre 1940 e 1954. Nos anos 1940, a doença possuía pouca importância na agenda médica e sanitária local, sendo considerada um problema de filantropia. A partir da ação de um grupo de médicos e seus aliados, o câncer foi posto na pauta dos médicos e da saúde pública, levando à Campanha Contra o Câncer, em 1954. Argumentamos que o enquadramento do câncer como um problema médico-social relevante no Ceará esteve ligado à capacidade desses médicos em agregar aliados internos e externos para ampliar o alcance de suas agendas. Utilizamos artigos médicos, documentos institucionais, biografias, jornais e outros documentos produzidos sobre/pelos personagens envolvidos com as ações anticâncer no Ceará.

Palavras-chave: câncer; Ceará; aliados; ações anticâncer.

Abstract

This article addresses the shaping of cancer as a relevant medical and social problem in the Brazilian state of Ceará from 1940 to 1954. While this disease initially garnered little importance on the local medical and health agenda, and was considered a problem for philanthropy, a group of physicians and allies brought cancer to the public health agenda and led to the Campaign Against Cancer in 1954. This group's ability to unite internal and external allies with a broader reach portrayed cancer as a relevant medical and social problem in Ceará. We demonstrate this new portrayal in medical articles, institutional documents, biographies, newspapers, and other documents produced on and by the characters involved with anti-cancer activities in Ceará.

Keywords: cancer; Ceará; allies; anti-cancer actions.

No início dos anos 1940, a medicina e a saúde pública passaram por mudanças relevantes no Brasil, e, mais especificamente, no Ceará. No contexto do Estado Novo de Vargas, conformou-se um cenário político marcado pela atuação do poder central nos estados, com o regime de interventorias (Souza, 1989). No campo da saúde pública, as principais mudanças observadas nesse período dizem respeito ao aparelhamento estatal, com a criação de instituições e serviços públicos de saúde, baseado em um modelo de centralização administrativa e verticalização das ações, que foi a marca do modelo de gestão pública do período (Fonseca, 2007). Esse foi o momento de criação dos Serviços Nacionais, direcionados a doenças consideradas prioridades para o saneamento do país. Os destaques na agenda sanitária eram as endemias rurais e algumas doenças transmissíveis de grande prevalência, como a tuberculose e a malária, ambas recebendo serviços nacionais específicos ao seu controle (Fonseca, 2007). Uma exceção a esse modelo foi o câncer, então considerado um problema distante da realidade brasileira, representando, naquele momento, um ponto nebuloso na saúde da população, mas que passou a contar com um serviço nacional específico em virtude das fortes articulações dos médicos relacionados ao seu controle no Distrito Federal e em São Paulo (Teixeira, Fonseca, 2007).

No nível local, um elemento resultou em importantes mudanças para os médicos cearenses: a reforma Pelón, conduzida pelo sanitarista Amílcar Pelón, a partir de 1933, foi um esforço de criar, no Ceará, uma rede de postos de higiene e de centros de saúde, seguindo um modelo de atenção similar ao proposto pela Fundação Rockefeller e iniciado em São Paulo a partir dos anos 1920 (Faria, 2007). Essa reforma, apesar de não ter sido efetivada em sua totalidade, possibilitou a criação de novos espaços para a prática médica no estado, sobretudo em Fortaleza, ampliando a demanda por profissionais. Além disso, a instalação dos serviços nacionais e a divisão do país em delegacias federais de saúde também possibilitaram a criação de novos postos de trabalho para médicos e sanitaristas, exigindo maior capacidade gestora e mais profissionais formados no Ceará (Araújo Neto, 2016).

Nesse cenário, o campo médico cearense se deparou com novas demandas, como a necessidade de profissionalização de médicos sanitaristas; a conformação de especialidades médicas no âmbito dos serviços de saúde; as iniciativas para a criação de uma faculdade de medicina; e a emergência de novas doenças na agenda sanitária. Em relação a este último aspecto, as décadas de 1940 e 1950 marcaram a organização das primeiras ações anticâncer no estado, com a criação de instituições para a assistência a cancerosos e o início de uma campanha contra o câncer no Ceará, em 1954. Perpassando a estruturação do controle do câncer (Cantor, 2008), foi empreendido um novo significado para a doença no estado, caracterizando-a como um problema médico-social, ou seja, um tema relevante para a prática médica e outras dimensões da vida social.

Este artigo analisa o processo de afirmação do câncer como um problema médico-social relevante no Ceará, nas décadas de 1940 e 1950. No início da década de 1940, as neoplasias não representavam um tema de interesse para a medicina e a saúde pública no estado, dedicadas essencialmente às endemias rurais, às epidemias urbanas e aos “problemas da classe” (Lima, 1940; Preenchimento..., 1940). Até então, somente um artigo médico havia estudado temas referentes aos tumores malignos em território cearense, dedicando-se aos aspectos clínicos da doença (Aguilar, 1932). Além disso, os cuidados com os doentes

se resumiam às atividades paliativas realizadas no âmbito da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Ao longo dos anos 1940, esse cenário gradativamente foi alterado, a partir da atuação de alguns médicos, filantropos, políticos e intelectuais que se mobilizaram no intuito de criar uma instituição específica para a assistência a cancerosos em Fortaleza, o Instituto do Câncer do Ceará (ICC).

Argumentamos que o processo de “enquadramento” do câncer como um problema médico-social relevante foi fruto das ações de um grupo de médicos cearenses com forte presença nos círculos da profissão, articulando-se com projetos e iniciativas locais e nacionais a fim de pôr o tema das neoplasias na agenda de grandes interesses da população cearense, pelo menos das elites. A configuração do câncer como problema médico no estado do Ceará ocorreu *vis-à-vis* à transformação dos seus significados na sociedade brasileira, tanto na dimensão das políticas públicas – com a criação do Serviço Nacional de Câncer, em 1942 – como no âmbito dos conhecimentos e ações médicas em torno da doença. Consideramos fundamental para a análise a associação entre esses diferentes níveis de processos em curso para compreender como o câncer foi mobilizado por determinados personagens no Ceará.

Este trabalho é construído a partir de um diálogo com os “estudos sociais das ciências”, sobretudo com as reflexões do sociólogo Bruno Latour (2000). Para o autor, o estudo da atividade científica consiste em discutir o processo de construção dos fatos científicos e dos artefatos técnicos a partir da arregimentação de aliados e da composição de redes por meio das quais pessoas, instrumentos, saberes e práticas circulam, conformando formas de “fazer ciência”. Neste artigo, utilizamos as noções operadas por Latour, principalmente o conceito de “aliados”, para analisar as articulações feitas pelos médicos envolvidos com as ações anticâncer no Ceará. Discutimos como determinados personagens, principalmente médicos, se mobilizaram para afirmar a importância do câncer no território cearense. Para tanto, utilizamos documentação referente à trajetória da medicina e da saúde pública no Ceará, com destaque para a publicação *Ceará Médico*, material bibliográfico e biográfico produzido por esses personagens no período estudado e outras fontes referentes à trajetória das ações anticâncer, como decretos-leis, relatórios de instituições, atas de reuniões, discursos proferidos pelos médicos e teses defendidas na Faculdade de Medicina do Ceará.

Construindo um lugar: a cancerologia no Ceará

No início dos anos 1940, o Ceará possuía pouco mais de dois milhões de habitantes, com quase duzentas mil pessoas vivendo na capital, Fortaleza (IBGE, 1946). Nesse período, prevaleciam como preocupações sanitárias no estado doenças como o tracoma, a boubá, o cólera, a hanseníase, a malária e a tuberculose (as quatro primeiras principalmente no interior) (Lima, 1940). Em Fortaleza, enfrentava-se o problema da tuberculose e da migração de retirantes enfermos em busca de atendimento na Santa Casa de Misericórdia. Nesse cenário, o câncer possuía pouca importância nas discussões referentes à saúde pública, tanto devido à dificuldade em obter índices de mortalidade pela doença quanto pelo fato de ela não se enquadrar nos quadros de prioridades sanitárias dos governos estadual e federal.

No mesmo período, a profissão médica no Ceará passou por uma série de mudanças relacionadas, sobretudo, ao processo de especialização de seus personagens, com a chegada a Fortaleza de um grupo de jovens médicos formados nas escolas da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, e com especializações obtidas em território estrangeiro.¹ Nesse cenário, a configuração da atividade médica e das prioridades para a saúde pública se dava na única agremiação dedicada aos assuntos da medicina na capital cearense, o Centro Médico Cearense (CMC).

O CMC foi criado em 1913 com o objetivo de representar os interesses da classe médica local, sobretudo frente às práticas caracterizadas pelos médicos como “curandeirismo” e “charlatanismo”. Na época de sua fundação, os fundadores do Centro Médico pretendiam que sua mobilização fosse referência para os estados vizinhos, o que levou à criação da revista *Norte Médico*, posteriormente denominada *Ceará Médico*. A partir dos anos 1930, a agremiação passou a exercer novas funções, como a nomeação dos médicos e sanitaristas da seção regional da delegacia federal de saúde (Preenchimento..., 1940), o que representou a ampliação de sua autoridade profissional para o campo da saúde pública. Em meio à demanda por novos médicos, o CMC ganhou estatuto de regulador da profissão e de portavoz das agendas de uma parcela da medicina local, a “elite médica” (Garcia, 2011; Gadelha, 2012). A partir de sua revista, publicada trimestralmente, e das sessões que realizava em suas dependências, a agremiação se transformou num espaço onde se discutiam diversas agendas da elite, combinando política, medicina, saúde pública e religião.

Embora a criação de um espaço para atendimento a cancerosos estivesse nos estatutos da agremiação (Estatutos..., 1944), em suas primeiras três décadas, o câncer não foi pauta das discussões realizadas em suas reuniões ordinárias. Assim, a iniciativa de se criar uma instituição anticâncer em Fortaleza tomou corpo em outros círculos da elite local, envolvendo um pequeno grupo de médicos interessados na organização de ações contra a doença no estado. Sua gênese se relaciona à criação, em novembro de 1944, de uma sociedade mantenedora para um futuro instituto de câncer, por médicos e representantes da elite econômica cearense.²

Em virtude da criação dessa sociedade, faz-se bastante corrente na memorialística médica do Ceará referência à década de 1940 como um marco fundamental para as ações contra o câncer no estado (ICC, 2004; Juaçaba et al., 1994; Silva, 2011). No entanto, é preciso problematizar essas visões, pois, na prática, não foi criado nenhum espaço específico para atendimento aos cancerosos, ensino ou pesquisas sobre a doença. O que passou a existir, em 1945, foi um ambulatório e um escritório para atendimento de doentes de câncer na Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Isso não retira a importância da reunião de fundação da Sociedade Mantenedora, mas somente indica a formalização de uma agenda ligada a personagens específicos, ou seja, o câncer era formalmente de interesse de alguns médicos, políticos e intelectuais cearenses.

Isso leva ao segundo ponto importante em torno da criação do ICC, pensando o aspecto coletivo da atividade médica. O câncer não era objeto de preocupação da saúde pública, podendo ser caracterizado como uma agenda de grupos profissionais que viam na doença uma demanda profissional e social. Esse caráter do câncer como uma doença de grupos foi notado em outras regiões do país, como no Rio de Janeiro (Teixeira, 2009, 2010),

por exemplo, configurando-a como um tema restrito ao universo de ligas, sociedades e associações filantrópicas de assistência aos cancerosos.

A reunião de fundação do ICC em 1944 não teve grande expressão na imprensa, nem mesmo na revista *Ceará Médico*, onde somente uma breve nota foi dedicada ao episódio, na primeira edição de 1945 (Noticiário, 1945). O grande projeto de uma instituição que integraria ensino, pesquisa e assistência aos doentes foi restrito, num primeiro momento, aos corredores da Santa Casa de Fortaleza. Para alcançar seus objetivos, os médicos envolvidos com o projeto de instituto buscaram novas alianças com filantropos, outros médicos e políticos importantes, no intuito de trazer a doença para a cena pública, a partir de palestras, campanhas educativas e pela imprensa.

Para que uma real organização contra o câncer chegasse a deslanchar, foi necessário que a preocupação com a assistência aos doentes tivesse como base a existência de um profissional específico. Essa seria a base para o desenvolvimento de uma rede de ações e práticas direcionadas à doença. Os personagens participantes da criação do ICC possuíam formações bem diversas, mas nenhuma delas se referia ao câncer de forma específica. Naquele período, no Brasil, não existia uma especialidade médica voltada para os tumores; pelo contrário, a assistência aos cancerosos era realizada por médicos que, em seu cotidiano, se deparavam com a doença, como cirurgiões, dermatologistas, ginecologistas etc. No entanto, isso não significa que não houvesse um conjunto de técnicas e saberes direcionados para as neoplasias, definidas pelos médicos que mais se voltavam para a doença e reunidas sob o termo cancerologia. De forma geral, pode-se dizer que, no Brasil de meados do século XX, havia cancerologia, mas não havia cancerologistas. O fato de existirem práticas específicas para o câncer permitiu a alguns médicos, sobretudo cirurgiões, atrair para si o estatuto de especialista, sendo, por vezes, chamados de cancerologistas (é o caso de Mário Kroeff, no Rio de Janeiro, e de Antônio Prudente, em São Paulo).³

No Ceará, a imagem de especialista em câncer foi atribuída a Haroldo Juaçaba. Nascido em 1919, Juaçaba formara-se em medicina na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e retornara a Fortaleza trabalhando como professor na Faculdade de Enfermagem e na Casa de Saúde São Raimundo. Em 1944, trabalhou no Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), que fazia parte do esforço em recrutar os “soldados da borracha” para a extração de látex na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial (Campos, 2006; Ferreira, 2011). Como fruto dos contatos que realizou com médicos norte-americanos nesse período, Juaçaba foi convidado a cursar especialização em cirurgia no Riverside Hospital, no estado do Kentucky, nos EUA (Silva, 2011) e também dedicou um período de estudos na Clínica Mayo, em Minnesota. Ambas as experiências com foco no câncer.

Ao retornar ao Brasil, Juaçaba passou a exercer papel central nas ações anticâncer no Ceará, atuando como um especialista na doença e possuindo considerável credibilidade científica por ter-se especializado em território norte-americano. Além de produzir estudos sobre o câncer nos anos seguintes, Juaçaba serviu de porta-voz do ICC e da cancerologia nos jornais e no CMC, expressando os posicionamentos seus e dos aliados. Além dele, outros médicos direcionaram suas especializações a áreas importantes para o controle do câncer, como Livino Pinheiro, que se especializou em anatomia patológica, e Walter Porto, dedicado à radiação aplicada ao câncer (ICC, 2004).

A formação especializada deu aos médicos envolvidos com o ICC mais autoridade para se pronunciar sobre a doença e indicá-la como um problema médico e social relevante, conformando um “lugar” de fala específico para a cancerologia. Entretanto, esses personagens não tinham condições de defender suas ideias, ou mesmo de atender os doentes com base nos saberes e práticas específicos da cancerologia. Para que se desse a constituição de espaços de prática e para o desenvolvimento de uma argumentação que enquadrasse o câncer como problema médico e social relevante, foram necessárias ações em outras arenas.

Agregando aliados: a estruturação da cancerologia no Ceará

A estruturação da prática médica anticâncer no Ceará, bem como em outras localidades, se deu fora do âmbito das instituições do Estado. Após a fundação do ICC, as dificuldades de seus fundadores em conseguir criar um espaço autônomo para a instituição fez com que eles articulassem outras maneiras para viabilizar a prática da cancerologia em Fortaleza, sendo uma delas a vinculação ao processo de criação da Faculdade de Medicina do Ceará.

Desde a década de 1910, quando fora criada a Faculdade de Direito em Fortaleza, diversos médicos intencionavam fundar uma escola médica na capital do estado, sob o preceito de que era necessário ao Ceará formar seus próprios médicos (Alencar, 2012). Na década de 1940, a intenção ganhou formato de projeto, defendido por médicos interessados na institucionalização da prática médica e na constituição de uma “medicina científica” no estado (Leal, 1978; Magalhães, 1945). A mobilização por uma ciência médica local ganharia força principalmente após a realização do primeiro Congresso Brasileiro de Médicos Católicos, em 1946, onde, de forma mais explícita, foi posta a proposição de criação de uma faculdade de medicina em Fortaleza, por Jurandir Picanço, principal entusiasta do projeto de escola, fundador do ICC e orador oficial do Centro Médico Cearense (Primeiro Congresso..., 2010).

Apesar de levantar questionamentos entre os médicos (Magalhães, 1945), sobretudo entre aqueles que acreditavam ser prioritária ao Ceará a resolução dos principais problemas sanitários, como a hanseníase, a boubá e o tracoma, a mobilização pela faculdade conseguiu angariar aliados na elite local. Em 1947, Jurandir Picanço, juntamente com outros médicos, políticos e intelectuais de Fortaleza, criaram o Instituto de Ensino Médico (IEM). Apesar de ser nomeado como instituto, o IEM consistia em uma associação formada com o intuito de viabilizar financeira e juridicamente a criação de uma escola médica no Ceará. O plano de Jurandir Picanço, presidente do instituto, era fundar a faculdade como uma entidade privada, com reconhecimento do poder público⁴ (Livro de atas..., 1947). Nas reuniões semanais, realizadas no Centro Médico ou na casa de Picanço, foram colocadas as pautas para a implantação da faculdade, sendo inclusive formulado um livro de ouro para a arrecadação de fundos (Livro de atas..., 1947).

A presença dos fundadores do Instituto do Câncer no processo de criação da Faculdade do Ceará é fundamental para se pensar a organização das ações anticâncer no estado. Jurandir Picanço, Waldemar Alcântara, Walter Cantídio, Livino Pinheiro e Newton Gonçalves eram participantes ativos das reuniões do IEM, com o primeiro ocupando a presidência da

instituição. Em 1947, Waldemar Alcântara propôs que o ICC, que então presidia, se tornasse um setor da futura escola médica (Livro de atas..., 1947, p.20).

Apesar de bem aceita pela maioria do conselho diretivo do IEM, a proposta gerou algumas divergências entre os membros, como questionamentos sobre as condições de a faculdade incorporar uma instituição que demandaria quantidade importante de verbas para o seu funcionamento. Apesar da discordância, foi decidido que a incorporação seria feita, e na sessão seguinte deveria ser apresentado um estudo sobre o assunto.

Na reunião realizada no dia 14 de outubro de 1947, foram apresentadas as necessidades do Instituto do Câncer para seu funcionamento e os detalhes de sua anexação à Faculdade de Medicina. A vinculação do ICC à faculdade era considerada fundamental pelo presidente do ICC, pois possibilitaria mais recursos governamentais para a iniciativa do controle do câncer. Nessa mesma perspectiva, foi decidido que seriam tomadas providências, junto ao Serviço Nacional de Câncer, para que esse “fornecesse o *radium* e auxiliasse técnica e financeiramente o Instituto” (Livro de atas..., 1947, p.23). De acordo com a concepção de saúde vigente na época, a Faculdade de Medicina, bem como o Instituto do Câncer, eram iniciativas de cunho privado, em parte custeadas pelo governo. Os médicos buscavam do poder público a autorização para o funcionamento da escola médica e verbas para a manutenção do ICC, o que permitiria a continuidade dos serviços direcionados aos doentes e, ao mesmo tempo contribuiria para a sua credibilidade no campo médico.

Em 12 de maio de 1948, a Faculdade de Medicina do Ceará foi inaugurada, instalada em um prédio na praça José de Alencar, no Centro de Fortaleza. Nesse espaço, foram criados dois setores destinados ao tratamento de pacientes com câncer: o Serviço de Radioterapia e um ambulatório equipado para a realização de eletrocirurgias. Outro serviço de grande importância para a prática da cancerologia foi o de anatomia patológica, dirigido por Livino Virgínio Pinheiro, um dos fundadores do Instituto do Câncer. Criado em 1949, o serviço tinha a função de produzir dados a partir de estudos anatômicos de lesões e processos inflamatórios em pacientes atendidos em consultórios particulares e no Instituto do Câncer do Ceará. A partir desses dados eram elaborados estudos sobre o problema do câncer na capital.

Além da vinculação à Faculdade de Medicina, os médicos envolvidos com a estruturação da cancerologia cearense buscaram arregimentar alianças com a elite econômica local para empreender atividades filantrópicas. Personagens como Fernando Pinto, presidente da Companhia Importadora de Máquinas e Acessórios Irmãos Pinto, a Cimaipinto, e Maria José Weyne, esposa do ex-prefeito de Fortaleza Álvaro Weyne, foram fundamentais para a estruturação da assistência aos cancerosos na cidade. Na direção de duas associações filantrópicas – a Fundação Júlio Pinto e a Associação Cearense de Assistência aos Cancerosos –, ambos foram importantes na organização do principal serviço de atendimento a doentes de câncer do Ceará no período, o Serviço de Cancerologia Fernando Pinto, que funcionou nas dependências da Santa Casa (Juaçaba, Haroldo, 1994, p.118), criado em 1949, com o financiamento do empresário Fernando Pinto, importante filantropo local.

O atendimento aos enfermos de fora da capital cearense ocorria em Fortaleza, e o Serviço de Cancerologia possuía uma função primordial de atender a esses pacientes que se deslocavam do interior para o centro administrativo do estado, além de lidar com

aqueles que não podiam arcar com os custos de tratamentos particulares e não conseguiam atendimento nas instalações do Instituto do Câncer, agora alocado na faculdade.

Além de financiar a criação do serviço, Fernando Pinto também atuou como um mecenas para alguns médicos do Instituto do Câncer, como Livino Pinheiro, por exemplo, que, a partir de uma demanda do ICC e da Faculdade de Medicina – a criação do Serviço de Anatomia Patológica –, recebeu uma bolsa de estudos da Fundação Júlio Pinto para se tornar o primeiro especialista em anatomia patológica do estado, em 1948. A especialização foi um aspecto fundamental na trajetória do médico que passou a ocupar uma posição central tanto no ICC quanto na Faculdade de Medicina, dirigindo um dos departamentos mais importantes da escola médica e assumindo a cátedra de anatomia e fisiologia patológicas.

Outro aspecto fundamental na rede de filantropos conformada em torno do controle do câncer no Ceará diz respeito à atuação feminina, especificamente das senhoras da elite fortalezense associadas à Rede Feminina do Instituto do Câncer do Ceará. A rede foi um serviço essencial para a disseminação das ações anticâncer entre a população de Fortaleza, pois promovia campanhas de educação em saúde e apoio a enfermos, sem se limitar à linguagem especializada da medicina. De acordo com sua própria coordenadora, Heloísa Juaçaba, o serviço tinha quatro funções: (1) difundir informações sobre a incidência da doença e os possíveis meios para evitá-la; (2) iniciar campanhas ou participar das promovidas por outros órgãos, governamentais ou filantrópicos, relacionadas com os cuidados com o câncer; (3) angariar fundos para manter ou ajudar a manter serviços e entidades de prevenção, detecção precoce, tratamento e reabilitação dos pacientes; e (4) colaborar com os profissionais da área, na melhoria e expansão dos serviços prestados, bem como no aperfeiçoamento dos mesmos no uso de novas tecnologias (Juaçaba, Heloísa, 1994, p.57).

Assim como em outros estados, a Rede Feminina do ICC teve importante participação na mobilização pela construção do Hospital do Câncer do Ceará, iniciada no mesmo ano de criação da associação. Um ponto de destaque na sua trajetória foi sua articulação na compra de insumos centrais à prática médica, como a aquisição, ainda em 1954, de 240 miligramas de *radium*, para utilização no tratamento do câncer do colo uterino (Juaçaba, Heloísa, 1994, p.56).

A articulação entre os médicos e os membros da elite local interessados nas ações anticâncer possui um grande valor analítico na compreensão do processo de organização da cancerologia e do controle do câncer no Ceará. Primeiramente, como tem sido apontado nesta seção, remete à ideia de que o processo de estruturação da prática médica, com espaços, instrumentos, saberes e técnicas específicos, não está restrito ao cotidiano dos médicos ou outros profissionais de saúde, e, sim, envolve diversos personagens da vida social, operando a partir de agendas e visões de mundo específicas, mas que confluem em objetivos comuns (Latour, 2000). Isso demonstra que o trabalho médico ocorria dentro ou fora do espaço clínico/laboratorial, não se limitando à atuação do próprio médico, mas condicionado a uma série de relações envolvendo condições financeiras, legitimidade social etc. Personagens como Fernando Pinto, Maria Weyne, Heloísa Juaçaba, Paulo Sarasate, entre outros citados, tiveram papel decisivo nas ações anticâncer no Ceará, fossem elas bem-sucedidas ou não. Estavam no meio do processo, tinham “recursos” para

definir direcionamentos e permitir ou inibir determinadas formas de agir dos médicos. Dito em outros termos, a estruturação da cancerologia se deu pelas articulações dos médicos com seus “aliados”, e não pela simples imposição do conhecimento profissional (Juaçaba, Haroldo, 1994, p.56).

O segundo ponto para o qual chamamos atenção é como uma agenda de um grupo determinado pode ganhar evidência a partir da articulação dos envolvidos com novos aliados. Como foi apontado no tópico anterior, o câncer era um tema pouco mencionado no Ceará na década de 1940, mesmo após a criação do ICC, tendo pouquíssima repercussão social. Nos anos 1950, a partir do alistamento de membros da elite cearense, a doença tomou espaço em fóruns mais amplos do que o Centro Médico Cearense e sua revista, trazendo um novo cenário para a atuação dos médicos envolvidos com a cancerologia.

Não menos importante é a conexão entre a iniciativa anticâncer no Ceará e outras experiências dentro e fora do Brasil. Desde o início do século XX, diversas iniciativas se desenrolaram de forma similar na Europa e na América (Pinell, 2002; Patterson, 1987; Gardner, 2006; Carrillo, 2010). O formato das ações educativas, a mobilização de grupos específicos da elite para a angariação de fundos, a própria inserção do ICC em uma campanha nacional contra o câncer, tudo aponta para uma importante circulação de ideias e práticas na conformação das ações anticâncer, com uma aproximação grande entre as iniciativas cearenses e as demais realizadas em âmbitos regionais, nacionais e internacionais distintos. Se entre 1940 e 1947 o câncer não possuía espaço na prática médica cearense (Os grandes problemas..., 1947), a partir de 1947 foi conformado um novo lugar para esses médicos, dessa vez com mais recursos para eles articularem suas agendas na sociedade. A construção desse novo lugar para a cancerologia se deu *pari passu* ao desenvolvimento de argumentos favoráveis à criação de uma campanha contra o câncer no Ceará, iniciada nas reuniões do Centro Médico Cearense e levada aos círculos da elite de Fortaleza, com exposições, palestras e publicações na imprensa.

Enquadrando o câncer como um problema médico-social relevante: a Campanha Contra o Câncer no Ceará

Os médicos envolvidos com a cancerologia mobilizaram argumentos e aliados no sentido de tornar a doença mais do que um interesse de um grupo restrito. A constituição da ideia de que o câncer representava um problema médico-social relevante se deu a partir da conjunção de uma série de elementos que extrapolavam a dimensão local, conformando o que Teixeira e Fonseca (2007) caracterizaram como transformação do câncer em problema de saúde pública. Para os autores, esse processo teve como base o surgimento de instituições, associações profissionais e periódicos, na década de 1940, culminando com o fortalecimento da Campanha Nacional do Câncer, em 1950. Além disso, o desenvolvimento do ideal desenvolvimentista no campo político e econômico brasileiro potencializou a noção de que o câncer, até então visto como uma doença dos países desenvolvidos, era um problema que necessitava ser combatido.

Outro aspecto importante nesse momento foi a mudança no cenário político nacional e estadual, marcado pelo fim da ditadura varguista e do regime de interventorias. Com

a retomada da democracia, importantes membros da classe médica local, diretamente vinculados ao Estado Novo, se afastaram dos cargos diretivos da medicina, alguns devido à anterior defesa ao regime e ao seu envolvimento com o poder autoritário. A saída de César Cals da direção do Centro Médico, por exemplo, abriu margem para outros profissionais assumirem os postos de comando da agremiação. Foi nesse contexto que os médicos envolvidos com a cancerologia conseguiram espaço para ser incorporados à direção das instituições médicas locais, caso de Waldemar Alcântara, Walter Cantídio, Haroldo Juaçaba, Newton Gonçalves e Jurandir Picanço.

A partir do novo posicionamento desses personagens na classe médica, a sua capacidade de mobilizar o tema do câncer para as pautas institucionais foi ampliada, funcionando como um recurso para a defesa do argumento de que a enfermidade possuía importância no Ceará. A afirmação do câncer entre os médicos esteve diretamente associada, por exemplo, à realização das reuniões anuais do Centro Médico Cearense. Propostas pelo então presidente da agremiação, Newton Teófilo Gonçalves, em 1946, e iniciadas no ano seguinte, essas reuniões tinham o objetivo de criar um “ambiente intelectual” capaz de promover avanços na medicina, na saúde pública, e na assistência aos doentes no estado (Atividades..., 1947, p.2). Na prática, as reuniões, que se iniciaram como encontros internos e alcançaram o nível de congresso regional, tiveram como pontos principais a discussão de uma agenda sanitária para a medicina local e a promoção de debates sobre práticas médicas específicas e especialidades médicas.

Na primeira reunião, em 1947, procurou-se elaborar um quadro mais geral dos problemas pertinentes à medicina e à saúde pública no estado, com o intuito de explorá-los nos anos seguintes. Foram discutidos aspectos relacionados à assistência à saúde, ao exercício da profissão médica e às principais doenças ocorrentes no Ceará. Na segunda sessão, foi realizada a mesa-redonda intitulada “Os grandes problemas sanitários do Ceará”, em que foram apontadas as prioridades para a medicina e a saúde pública estadual. Contando com a participação de seis debatedores, entre eles Waldemar Alcântara – presidente do ICC –, e um moderador, Newton Gonçalves, a mesa despertou o interesse de diversos participantes, transformando-se em um palco de discussões sobre saúde e doença.

Em sua primeira fala, Alcântara anunciou, de modo amplo, quais eram as principais preocupações da saúde pública no estado. O médico, ex-diretor do Departamento Estadual de Saúde do Ceará (Desce), apresentou a tuberculose, os problemas da infância, as doenças venéreas e outras doenças transmissíveis, tanto parasitárias como infecciosas agudas, como o núcleo das preocupações médicas. Fechando esse quadro, acrescentou o charlatanismo e o curandeirismo como problemas a ser enfrentados pela medicina cearense (Os grandes problemas..., 1947, p.26). Seu discurso incitou a participação de outros membros da mesa. O sanitarista Hider Correia Lima afirmou que a definição das prioridades deveria ser epidemiológica, especialmente pela mortalidade, seguindo os padrões apontados pelos órgãos federais (Os grandes problemas..., 1947, p.31). Nesse momento, Haroldo Juaçaba, associado diretamente à cancerologia, interveio na discussão perguntando se a mesa não considerava também o câncer um problema de saúde pública. Sendo rapidamente respondido por Waldemar Alcântara que, embora a doença não tivesse sido mencionada, era também considerada um problema de saúde pública.

A intervenção de Juaçaba naquele momento consistiu em uma tentativa do porta-voz da cancerologia local em demarcar o câncer como um problema de saúde pública. Se, naquele momento, a figura de um especialista ganhava força e o ICC era incorporado à Faculdade de Medicina, era importante também convencer os pares da importância de lidar com o câncer como um problema de grande magnitude. Esse processo de conformação de um consenso em torno do câncer foi bastante complexo, envolvendo personagens de diversas arenas da sociedade. Se, por um lado, os médicos envolvidos com a cancerologia arregimentavam aliados e recursos para possibilitar a sua prática, por outro, predominava a visão de que a medicina e a saúde pública no Ceará deveriam estar atentas às endemias rurais e à organização da rede de serviços locais. Por exemplo, as conclusões da primeira Reunião Anual do Centro Médico enumeraram seis prioridades para a saúde local, e o câncer não figurava entre elas.

Apesar disso, os anos seguintes marcaram uma maior preocupação com o câncer entre os membros do Centro Médico Cearense, acompanhando as discussões sobre as especialidades e a Faculdade de Medicina. No fim de 1947, Haroldo Juaçaba assume a direção da revista *Ceará Médico*, de onde sairá somente em 1950, para assumir a presidência do CMC. O posicionamento de Juaçaba, juntamente com o de Gonçalves como presidente do CMC, Livino Pinheiro (orador oficial), Waldemar Alcântara (vice-presidente), Jurandir Picanço (diretor da comissão fiscal), Antônio Jucá (diretor da comissão clínica) e Luiz Gonzaga da Silveira (diretor da comissão cirúrgica geral), foi fundamental para o ingresso do tema como pauta importante da agremiação. Entre 1948 e 1952, as reuniões anuais do CMC foram espaços bastante produtivos para a discussão sobre a doença, permitindo conformar um argumento em defesa do controle do câncer no Ceará, além de obter aliados e interlocutores no esforço de organização da cancerologia, como Raimundo Vieira Cunha – radiologista – e Alber Vasconcelos – gastroenterologista – que passam a se interessar pelos estudos sobre câncer.

Na segunda Reunião Anual do CMC, em 1948, as discussões centraram-se nas práticas médicas específicas para o diagnóstico e tratamento de tumores do aparelho digestivo. Uma preocupação nos argumentos dos nove trabalhos cujos temas eram as neoplasias revelava um aspecto do enquadramento da doença essencial aos defensores de uma campanha contra o câncer: a tentativa de defini-lo como uma mazela social, ainda que não se possuísse uma base estatística capaz de justificar esse argumento. No caso do trabalho do gastroenterologista Alber Vasconcelos (1948, p.64), é possível perceber a tentativa retórica de, a partir de dados referentes aos Estados Unidos, construir um enquadramento para a doença na realidade cearense:

O câncer gástrico destaca-se por ordem de importância, não somente por sua máxima gravidade e extraordinária frequência, mas sobretudo pelo fato de não se conhecer em toda a história da medicina um único caso curado sem a interferência da cirurgia. Pode-se bem avaliar a extensão deste significado, quando se analisa o farto material americano e nele se depara com uma mortalidade anual de cerca de 40.000 pessoas.

O argumento mobilizado por Vasconcelos utilizava um apelo retórico bastante comum aos trabalhos publicados no Brasil sobre o “problema do câncer”: alarmava-se sobre a

importância estatística da doença, mas se apresentavam dados de outros países e chamava o problema para o âmbito da especialidade do autor. Em parte, essa forma de construir a argumentação se relacionava à limitação nos estudos estatísticos sobre a doença e à noção de que os números dos países desenvolvidos serviam de base para o que deveria acontecer no Brasil nos anos seguintes (Araújo Neto, 2016). Essa concepção está diretamente ligada à noção de que o câncer era uma doença associada ao desenvolvimento socioeconômico.

Em outro trabalho publicado no período, Luiz Gonzaga da Silveira, um dos fundadores do ICC, estabeleceu a relação entre o grau de desenvolvimento do país e os índices de mortalidade por câncer. Na argumentação de Silveira (1949), o câncer aparece como um problema típico da “área da civilização”, na qual o Brasil estava ingressando, e o Ceará deveria se preparar para lidar com a doença. Em resumo, o autor apontava que era necessário discutir o câncer no estado, pois já se estava fazendo o mesmo em outros lugares, preparando o terreno para o “combate” ao “terrível mal” (p.23).

Novamente, a afirmação da relevância epidemiológica do câncer era parte de um instrumento retórico do autor, que indica no início do artigo que serão discutidos 2.623 casos de doenças referentes ao colo do útero, iniciando uma explanação sobre o estatuto do câncer no mundo “civilizado”. Posteriormente, o autor revela que lida com apenas 18 casos de tumores malignos, tornando o número inicial uma estratégia narrativa. O objetivo do ginecologista do Instituto do Câncer era apontar a importância da criação de uma campanha contra a doença no Ceará, remetendo às outras experiências nesse sentido realizadas no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Segundo o ginecologista, era necessário trazer o tema de forma oficial para os debates da agremiação, pondo o ICC na pauta das discussões sobre as instituições hospitalares estaduais. Silveira (1949, p.21) apontava, também, outro interesse dos médicos envolvidos com a cancerologia para a formatação do controle da doença, a criação de um “serviço de câncer”:

Em nossa terra, começa a repontar alvissareiro interesse pelo assunto, com a fundação do Instituto do Câncer, sob os auspícios do Instituto de Ensino Médico, assinalando-se, além disso, o esforço de muitos, em campos diferentes, no sentido de contribuir para o combate à mortífera neoplasia. Não há, porém, qualquer serviço organizado nos moldes aconselháveis e nem mesmo ouvimos ainda o grito de alarme, conclamando para a meritória cruzada os seus principais pugnadores, que devem ser todos os médicos do Ceará. ... Queremos, pois, lançar um vigoroso e ardente apelo a todos os colegas que aqui exercem suas atividades profissionais para organizarmos a nossa campanha, sugerindo, desde já, que o tema primacial da 4ª Reunião Anual do Centro Médico, a se efetuar em 1950, verse sobre as bases de uma campanha contra o câncer neste Estado.

Em 1950, foi organizada a quarta Reunião Anual do Centro Médico Cearense, com destaque para o câncer e a proposição de criação de uma campanha contra a doença. O principal trabalho apresentado na ocasião foi o de Juaçaba, “O problema do câncer no Ceará”, o qual fazia uma avaliação da organização da cancerologia e das ações anticâncer no Ceará até aquele momento, apontando as melhoras obtidas desde 1944 e os pontos problemáticos existentes na prática médica local. Segundo Juaçaba, a criação do ICC e a ação dos seus participantes impulsionaram uma série de melhorias na dimensão clínica da doença, principalmente pela apropriação de métodos cirúrgicos mais específicos para

cada tumor, como a histerectomia e a gastrectomia, e a entrada de novas ferramentas no cotidiano da cancerologia, como a radioterapia. Além disso, ele creditava uma melhoria no quadro da enfermidade no estado à “maior divulgação entre o público leigo das noções iniciais sobre a doença e consequente procura dos especialistas para esclarecimento de um maior número de casos” (Juaçaba, 1950, p.6).

Para Juaçaba (1950), a campanha contra o câncer era uma realidade, que ganhava moldes a cada dia a partir da criação de novos aparatos institucionais e da atuação dos médicos do ICC. Diferente dos trabalhos anteriores, o autor não buscou justificar as ações contra a doença a partir do argumento de que a doença se caracterizava como uma mazela social. No seu entender, essa proposição já estava consolidada.

Nesse intervalo de cinco anos (1947-1952), o câncer foi posto na pauta do CMC pelos médicos do ICC, além de mobilizar mudanças institucionais importantes, ampliando as possibilidades da prática médica e conformando para a doença um enquadramento que dialogava com outras experiências nacionais e internacionais. Entretanto, é preciso questionar a efetividade do esforço desses personagens em defender o argumento a favor do controle do câncer, principalmente devido ao cenário que se constituiu nos anos seguintes no CMC.

Em 1953, Fortaleza recebeu o segundo Congresso Médico do Nordeste Brasileiro, um evento organizado pelo Centro Médico Cearense em parceria com outras agremiações estaduais, precisamente as associações médicas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí, e as sociedades de medicina de Pernambuco e de Alagoas, além do apoio da Associação Médica Brasileira (Anais..., 1953, p.IV). A realização conjunta do congresso regional e do encontro anual do CMC representava, para a agremiação cearense, a ampliação do escopo das reuniões anuais, agora encaradas como um congresso regional de medicina. Naquele ano, o corpo diretor do CMC havia passado por grandes mudanças, com o grupo de médicos vinculados à faculdade e ao ICC saindo de praticamente todos os quadros, com a exceção de Newton Gonçalves, que era membro da Comissão de União e Defesa da Classe.

No programa definido para o congresso, o cenário apresentado era bastante diferente dos anos anteriores. Um terço da programação era dedicado aos temas considerados “salutares” à saúde pública regional (“Endemias do Nordeste brasileiro”; “Moléstia de Chagas no Nordeste brasileiro” e “Helmintoses no Nordeste”), outro terço, aos problemas de estrutura hospitalar na região; e o último terço dedicava-se ao ensino médico, com o último item direcionado às especialidades (Anais..., 1953, p.X). Em nenhuma das 172 páginas dos anais do evento o câncer é retratado ou abordado, sendo silenciado todo o argumento de controle da doença e de uma campanha anticâncer.

Esse silêncio quanto ao câncer sugere que, em termos de agenda sanitária regional e nacional, a doença seguia longe de ser a maior preocupação da saúde pública. Por outro lado, em termos locais, embora os médicos tenham arregimentado aliados, envolvidos com a cancerologia, eles não conseguiram produzir um consenso acerca da relevância do câncer no estado. Com a saída dos fundadores do ICC do comando do Centro Médico e da revista *Ceará Médico*, e o ingresso na diretoria de médicos vinculados a outros projetos – como o da criação da Maternidade Escola e o da revisão da Reforma Pelón –, o câncer saiu do foco da agremiação, passando a ocupar somente as conferências não publicadas na revista.

Como uma agenda de grupo, a doença perdia espaço na principal arena médica do estado à medida que os personagens associados a ela também o perdiam. O caminho encontrado pelos médicos foi arregimentar mais aliados externos à medicina, a elite de Fortaleza.

Em 1954, houve a intensificação dos esforços de realização da campanha contra o câncer no estado, envolvendo personagens importantes da política (como o general Humberto Castelo Branco, mais tarde presidente do regime militar brasileiro, e o governador do estado, Raul Barbosa) e da filantropia (como Maria José Weyne, presidente da Associação de Assistência aos Cancerosos do Ceará). No dia 11 de maio, foi inaugurada a primeira exposição educativa sobre câncer em Fortaleza, realizada no prédio da companhia Cimaipinto, na rua Major Facundo, no Centro da cidade, com o discurso de inauguração proferido por Haroldo Juaçaba. Em seguida, a exposição foi levada por Walter Cantídio, um dos principais articuladores da campanha, e por Haroldo Juaçaba para outras cidades no interior do estado, a fim de convencer as elites municipais da importância do controle da doença.

A iniciativa repercutiu na imprensa fortalezense nos dias seguintes, em uma estratégia para divulgação dos objetivos da campanha. Nas matérias, a figura de Haroldo Juaçaba aparecia como a personificação da cancerologia e o porta-voz da exposição, sendo destacadas também as falas de Waldemar Alcântara e Walter Cantídio. Na edição de 12 de maio de 1954 do *Correio do Ceará* (Terá início hoje..., 12 maio 1954, p.20), os leitores eram convocados a assistir a exposição, descrita como:

A campanha de esclarecimento popular a respeito da terrível moléstia, que ceifa milhares de vidas no Brasil, constará de uma exposição de fotografias e folhetos, no salão Cimaipinto, depois das 17hs 30 de hoje. Também serão dadas a conhecer ao público as realizações do Instituto do Câncer do Ceará e Serviço de Câncer da Santa Casa, no combate ao mal. Palestras alusivas ao câncer serão pronunciadas nas emissoras locais e nas diversas entidades.

Em outros jornais, como o *Unitário* e *O Povo*, a exposição recebeu espaço nas publicações do dia seguinte à exposição, mencionando “uma extraordinária afluência de pessoas interessadas na campanha que a mostra inicia” (Instalada ontem..., 12 maio 1954, s.p.). Na edição de 13 de maio do jornal *O Povo*, era transcrita uma parte da palestra proferida por Haroldo Juaçaba, “conceituado cancerologista conterrâneo” (Objetivo maior..., 13 maio 1954, p.12). Em sua explanação, Juaçaba procurou associar a exposição em questão ao Serviço Nacional de Câncer e ao esforço dos médicos do ICC, afirmando ser necessário “educar o povo sobre esse mal que, nos dias de hoje, ceifa mais de cem vidas por dia” (p.12).

A atuação do Serviço Nacional de Câncer nesse momento também foi fundamental para dar autoridade à fala de Juaçaba e de seus aliados na campanha contra o câncer. A partir de viagem de seu diretor, Antônio Prudente, juntamente com sua esposa, a jornalista Carmem Prudente, presidente da Rede Nacional Feminina de Combate ao Câncer, a mobilização dos médicos cearenses passava pelo reconhecimento do serviço federal, ganhando maior visibilidade por parte da imprensa. Em conferência proferida no Ceará Rádio Clube, Prudente ressaltou a importância da iniciativa do ICC, recorrendo ao enquadramento da doença como um grande flagelo social, e afirmando de forma fatalista que “de 10 em 10 minutos, desaparece uma vida destruída pelo câncer no Brasil!” (Em cada dez minutos..., 30 maio 1954, s.p.).

O esforço de campanha seguiu ao interior do Ceará, onde a exposição organizada na Cimaipinto foi reproduzida. Aos poucos, os tumores malignos passavam de uma agenda de grupo a um problema médico-social relevante, com o reconhecimento de segmentos sociais diversos do estatuto da enfermidade no cenário da saúde no Ceará. Entretanto, esse processo é muito mais longo e com inúmeras hesitações nas décadas seguintes, por exemplo, a própria criação do Hospital do Câncer, que sofreu com frequente falta de recursos para a construção das alas da instituição, sendo inaugurado somente em 1999.

Considerações finais

No Ceará da década de 1940, num cenário epidemiológico dominado por doenças transmissíveis de alta prevalência, especificamente as endemias rurais, com elevadas taxas de mortalidade, o câncer não se mostrava como um problema de saúde pública. Nesse cenário, a despeito da criação de um serviço federal para o seu controle, o investimento público para ações direcionadas aos tumores era ínfimo, sendo a doença caracterizada como um “problema relacionado à filantropia”.

O ICC, criado por dez médicos e um padre, não representava uma aclamação da sociedade por uma resposta da medicina a um problema alarmante. A agenda de grupo estava, naquele momento, restrita ao coletivo, com a participação de aliados pontuais, como o jurista Antônio Martins Filho e o senador Paulo Sarasate. No Centro Médico Cearense, também não houve grande preocupação com o câncer na primeira metade dos anos 1940, muito menos com a organização de uma campanha contra a doença. A exceção foi o estatuto da agremiação, que, em 1944, apontava para o plano de se criar uma instituição anticancerosa na capital cearense.

A dinâmica coletiva da medicina, pautada em articulações e negociações dos médicos com seus pares e aliados, foi essencial para que se criasse um “lugar” para a cancerologia no estado, dando aos médicos condições de colocar sua agenda de forma aberta aos demais médicos e à sociedade (ou, pelo menos, uma parte dela). A indagação de Haroldo Juaçaba em 1947 (se o câncer era considerado um problema de saúde pública), ao mesmo tempo que representava um cenário no qual a enfermidade não era prioridade das autoridades médicas e sanitárias, também indicava o esforço dos personagens envolvidos com a cancerologia em tornar sua agenda de grupo algo mais amplo, capaz de se converter em ações e investimentos para o controle dos tumores no Ceará.

Se a agenda de grupo estava em expansão, precisava-se de aliados capazes de trazer a pauta dos médicos ao cotidiano da saúde local. Para tanto, a articulação transversal entre atores e instituições trouxe às iniciativas de estruturação da cancerologia os filantropos, os políticos, os jornalistas e outros médicos, cearenses e “estrangeiros”. Um ponto relevante dessas alianças foi a incorporação do ICC à Faculdade de Medicina do Ceará, processo arquitetado nas reuniões do Instituto de Ensino Médico, em 1947. Com a incorporação à escola médica, o ICC não somente ganhou um espaço para funcionamento pleno, como ficou fortemente associado ao projeto de desenvolvimento da prática médica em curso na faculdade, ampliando a “credibilidade” das iniciativas anticâncer.

Comparando o cenário no início dos anos 1940 com o da época de criação da Campanha Contra o Câncer, a mudança é notável. Se pouco, ou quase nada, se falava sobre o câncer em 1940, em meados dos anos 1950, a doença possuía seu espaço em diversas arenas da sociedade. Lidava-se, em 1954, com um problema médico-social em processo de afirmação que, embora longe de ser a prioridade dos médicos e do poder público, mobilizava uma parcela significativa de pessoas para a tentativa de seu controle, inclusive com participação de personagens externos ao Ceará, caso do então diretor do Serviço Nacional de Câncer, Antônio Prudente.

É evidente que o processo de transformação do estatuto do câncer não começou em 1940, nem terminou em 1954, sendo algo situado em uma temporalidade ampla e contínua, sofrendo mudanças que remetem aos dias atuais, como a noção de que a alta mortalidade pela doença não é um sinal de civilização e desenvolvimento, mas de que as condições de atenção à saúde da população estão comprometidas. Entre 1940 e 1954, o ponto de mudança está na passagem da cancerologia e do controle do câncer de uma agenda de grupo a um problema médico-social relevante.

NOTAS

¹ Esses jovens médicos foram tratados de forma laudatória pela memorialística médica cearense, nomeados “geração de 1941”. Alguns autores (Gonçalves, 1966; Alencar, 2012; Leal, 1978) consideraram os membros dessa “geração” os responsáveis pela criação de inúmeras instituições médicas em Fortaleza, especialmente a Faculdade de Medicina. Elementos para essa discussão podem ser vistos em Araújo Neto (2016).

² Participaram da fundação da Sociedade Mantenedora do Instituto do Câncer do Ceará os médicos Antônio Jucá, Haroldo Juaçaba, Jurandir Picanço Livino Pinheiro, Luiz Gonzaga da Silveira, Saraiva Leão, Waldemar Alcântara e Walter Cantídio; o padre Arquimedes Bruno; o deputado Paulo Sarasate; o jurista Antônio Martins Filho; e o escritor Fran Martins.

³ Até os anos 1940, o termo cancerologia aparecia, normalmente, designando espaços nos quais seriam tratados pacientes de câncer, como o Centro de Cancerologia, criado no Rio de Janeiro em 1937. A partir da criação da Sociedade Brasileira de Cancerologia (SBC), em 1946, o termo passa gradativamente a estar vinculado à prática médica, e, nos anos 1960, a discussão sobre a criação de uma especialidade ganha força no âmbito da SBC, sobretudo com a criação de cursos que consistiam em requisitos para o ingresso de médicos no Instituto Nacional do Câncer.

⁴ A Faculdade de Medicina do Ceará, criada em 1948, tornou-se pública em 1954, quando foi criada a Universidade do Ceará, e a escola médica foi incorporada a sua estrutura. Existem elementos para se acreditar que a criação da faculdade era parte de um projeto da elite local para a criação de uma universidade, como um elemento tanto simbólico quanto prático na formação da própria elite. Um elemento para essa análise está em Martins Filho (1949).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Virgílio de.
Doença de Hodgkin. Ceará Médico, ano 11, n.1. 1932.

ALENCAR, J.C. Araripe.
A Faculdade de Medicina do Ceará e sua ação renovadora. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará. (Edição fac-similar). [1958] 2012.

ANAIS...
Anais do segundo Congresso Médico do Nordeste Brasileiro (7ª Reunião Anual do CMC). Fortaleza: Centro Médico Cearense. 1953.

ARAÚJO NETO, Luiz Alves.
O problema do câncer no Ceará: cancerologia, controle do câncer e a atividade coletiva da medicina. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2016.

ATIVIDADES...

Atividades do Centro Médico Cearense. *Ceará Médico*, ano 26, n.1-4, p.38-39. 1947.

CAMPOS, André Luiz Vieira de.

Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2006.

CANTOR, David.

Introduction. In: CANTOR, David (Ed.). *Cancer in the twentieth century*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. p.1-33. 2008.

CARRILLO, Ana Maria.

Entre el “sano temor” y el “miedo irrazonable”: la Campaña Contra El Cáncer en México. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.17, supl.1, p.89-107. 2010.

ESTATUTOS...

Estatutos do Centro Médico Cearense. *Ceará Médico*, ano 24, n.4-6, s.p. 1944.

EM CADA DEZ MINUTOS...

Em cada dez minutos o câncer mata um brasileiro. *Unitário*, s.p. 30 maio 1954.

FARIA, Lina.

Saúde e política: a Fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2007.

FERREIRA, Maria Liège Freitas.

A construção do Eldorado amazônico no governo Vargas: a representação através da imagem, 1940-1945. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2011.

FONSECA, Cristina.

Saúde no Governo Vargas: dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2007.

GADELHA, Georgina.

Sob o signo da distinção: formação e atuação da elite médica cearense, 1913-1948. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2012.

GARCIA, Ana Karine Martins.

A ciência na saúde e na doença: atuação e prática dos médicos em Fortaleza, 1900-1935. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2011.

GARDNER, Kirsten.

Early detection: women, cancer and awareness campaigns in the twentieth century United States. Chapel Hill: University of North Carolina Press. 2006.

GONÇALVES, Newton.

A medicina no Ceará. In: Girão, Raimundo; Martins Filho, Antônio. *O Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária. p.534-535. 1966.

IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1946.

ICC.

Instituto do Câncer do Ceará. *Instituto do Câncer do Ceará: 60 anos (1944-2004)*. Fortaleza: Tipoprogresso. 2004.

INSTALADA ONTEM...

Instalada ontem a exposição do câncer. *Unitário*, s.p. 12 maio 1954.

JUAÇABA, Haroldo.

A cirurgia. In: Brasil, Célio Girão; Juçaba, Haroldo Gondim. *Memórias do Hospital das Clínicas*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. p.115-132. 1994.

JUAÇABA, Haroldo.

O problema do câncer no Ceará. *Ceará Médico*, ano 19, n.10-12, p.6-10. 1950.

JUAÇABA, Haroldo et al.

Instituto do Câncer do Ceará: 50 anos de serviços à comunidade. Fortaleza: Tipoprogresso. 1994.

JUAÇABA, Heloísa Ferreira.

Rede feminina: braço forte do Instituto do Câncer do Ceará. In: Juçaba, Haroldo et al. *Instituto do Câncer do Ceará: 50 anos a serviço da comunidade*. Fortaleza: Tipoprogresso. p.56-59. 1994.

LATOUR, Bruno.

Ciência em ação: como seguir cientista e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp. 2000.

LEAL, Vinícius Barros.

História da medicina no Ceará. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará. 1978.

LIMA, Hider Correia.

Organização Sanitária do Ceará. *Ceará Médico*, ano 20, n.3-4, p.7-12. 1940.

LIVRO DE ATAS...

Livro de atas do Instituto de Ensino Médico: de 9 de junho a 2 de dezembro de 1947. (Biblioteca da Academia Cearense de Medicina, Fortaleza). 1947.

MAGALHÃES, Jôsa.

Comentários. *Ceará Médico*, ano 24, n.2. p.1-2. 1945.

MARTINS FILHO, Antônio.

Uma universidade para o Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, ano 63, p.5-20. 1949.

NOTICIÁRIO.

Noticiário. *Ceará Médico*, ano 25, n.1-3. p.37. 1945.

OBJETIVO MAIOR...

Objetivo maior da atual campanha: construção do Hospital do Câncer. *O Povo*, p.12. 13 maio 1954.

OS GRANDES PROBLEMAS...

Os grandes problemas sanitários do Ceará (Mesa-redonda). *Ceará Médico*, ano 26, n.9-12. 1947.

PATTERSON, James.

The dread disease: cancer and the modern American culture. Cambridge: Harvard University Press. 1987.

PINELL, Patrice.

The birth of a scourge: the fight against cancer in France, 1890-1940. New York: Routledge. 2002.

PREENCHIMENTO...

Preenchimento de cargos médicos. *Ceará Médico*, ano 20, n.3-4, p.34-35. 1940.

PRIMEIRO CONGRESSO...

Primeiro Congresso Brasileiro de Médicos Católicos: textos e contextos. Fortaleza: Expressão Gráfica. (Edição fac-similar). [1946] 2010.

SILVA, Marcelo Gurgel.

Haroldo Juaçaba: tempo, espaço e ação. Fortaleza: Tipoprogresso. 2011.

SILVEIRA, Luiz Gonzaga da.

Afecções crônicas do colo do útero. *Ceará Médico*, ano 28, n.7-9, p.21-26. 1949.

SOUZA, Simone.

As interventorias no Ceará, 1930-1935. In: Souza, Simone (Org.). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. 1989.

TEIXEIRA, Luiz Antonio.

O controle do câncer no Brasil na primeira metade do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.17, supl.1, p.13-31. 2010.

TEIXEIRA, Luiz Antonio.

O câncer na mira da medicina brasileira. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v.2, n.1, p.104-117. 2009.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; FONSECA, Cristina.

De doença desconhecida a problema de saúde pública: o Inca e o controle do câncer no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde. 2007.

TERÁ INÍCIO HOJE...

Terá início hoje a campanha educativa contra o câncer. *Correio do Ceará*, p.20. 12 maio 1954.

VASCONCELOS, Alber.

Cirurgia gastroduodenal. *Ceará Médico*, ano 27, n.9-12, p.64-68. 1948.

